



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1003709-85.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento**
Requerente: **Ana Ligia Santos**
Requerido: **Município de Araraquara e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

A preliminar de ilegitimidade de parte oposta pelo Município de Araraquara confunde-se com o mérito, devendo ser analisada sob tal aspecto.

Busca a autora, por meio desta ação, a condenação dos requeridos Município de Araraquara e Instituto Corpore ao pagamento da quantia de R\$10.800,00 pela prestação de serviços nos plantões de clínica médica.

De fato, não há, na hipótese, a responsabilidade objetiva apontada pela autora, preconizada no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, eis que se cuida de situação distinta.

E não há qualquer demonstração de vínculo empregatício entre a autora e o município de Araraquara a implicar sua responsabilidade no pagamento dos supostos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

débitos.

O contrato firmado entre Instituto Corpore e o município de Araraquara, para prestação e gerenciamento da atividade de clínica médica, em caráter complementar, não atribui ao município responsabilidade solidária sobre as contratações particulares realizadas pelo Instituto Corpore.

Esta, aliás, foi a decisão proferida no processo nº 1001211-16.2018.8.26.0037, que tramitou neste Juízo, de que os prestadores de serviços deveriam buscar seus créditos nos processos cíveis deflagrados ou a deflagrar (fl. 128).

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação proposta contra o Município de Araraquara.

Deixo de deliberar quanto à lide privada, porquanto este Juízo não detém competência para tal.

Sem condenação em custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95).

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 20 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**